



Ação de M^a Leonor Sampaio Botelho (1915-96) na defesa do serviço social português no período do Estado Novo até 1974

Action by M^a Leonor Sampaio Botelho (1915-96) in defense of Portuguese social services during the Estado Novo period until 1974

Ernesto Candeias Martins¹

RESUMO:

Abordamos a figura da assistente social portuguesa M^a Leonor Botelho Sampaio (1915-96), a partir do seu percurso de formação/docência, na área do serviço social (Instituto Serviço Social Lisboa), como parlamentar, ações em organismos corporativistas estatais e religiosos e outras atividades sociais. Trata-se de um estudo histórico-descritivo e hermenêutico norteado pelos seguintes objetivos: compreender a institucionalização do serviço social até 1974; analisar as intervenções parlamentares de M^a Leonor; conhecer o seu desempenho social nas várias instituições inseridas na resposta corporativista (índole estatista, católico, conservador) do Estado com feição caritativa cristã, assistencial e de previdência social. Estruturamos em 2 pontos a nossa análise: surgimento e institucionalização do serviço social (criação de escolas e significado da profissão) no regime salazarista e marcelista; ação parlamentar de M^a Leonor relativo à política social, proteção menores, medidas de assistência social às famílias trabalhadoras e vulneráveis, papel da mulher trabalhadora, etc. Na reconstrução do percurso de vida de M^a Leonor destacaremos os seus contributos em prol da profissão serviço social, como trabalho social, embora na época dependesse do doutrinamento do regime. O serviço social realizou-se nos meandros do significado atribuído pelo salazarismo à profissão, no âmbito do catolicismo progressista, por vezes oposto, às recomendações e ações.

Palavras-chave: M^a Leonor Sampaio Botelho; política social; serviço social; Estado Novo; assistência familiar

ABSTRACT:

We approach the figure of the Portuguese social worker M^a Leonor Botelho Sampaio (1915-96), based on her training/teaching career, in the area of social work (Instituto of Social Work Lisbon), as a parliamentarian, actions in state and religious corporatist

¹ Doutor e mestre em Ciências da Educação. Docente no Instituto Politécnico de Castelo Branco/Escola Superior de Educação. É membro da SPCE (fundador), da Sociedad Española de Pedagogia, do Institut Estuds Catalans e coordenador da Secção de Filosofia da Educação da SPCE (2003---). Faz parte, como membro efectivo, do centro de investigação - Ceief da Universidade Lusófona de Lisboa. E-mail: ernesto@ipcb.pt



bodies and other social activities. This is a historical-descriptive and hermeneutic study guided by the following objectives: understanding the institutionalization of social work until 1974; analyze M^a Leonor's parliamentary interventions; know their social performance in the various institutions included in the corporatist response (statist, Catholic, conservative nature) of the State with a Christian charitable, welfare and social security aspect. We structure our analysis into 2 points: emergence and institutionalization of social service (creation of schools and meaning of the profession) under the Salazarism and Marcelism regimes; parliamentary action by M^a Leonor regarding social policy, protection of minors, social assistance measures for working and vulnerable families, the role of working women, etc. In reconstructing M^a Leonor's life path, we will highlight her contributions to the social service profession, as social work, although at the time it depended on the regime's indoctrination. Social service took place within the meaning attributed by Salazarism to the profession, within the scope of progressive Catholicism, sometimes opposed, to recommendations and actions.

Keywords: M^a Leonor Sampaio Botelho; social policy; social service; New state; family assistance

Considerações introdutórias

Abordamos a figura da assistente social portuguesa M^a Leonor Correia Sampaio Botelho (Escalos de Cima/Castelo Branco em 1915; Lisboa: 1996), no arco histórico do Estado Novo até 1974. Ela fez a sua formação primária, com bom aproveitamento, no Colégio de Nossa Senhora dos Inocentes (Santarém), no regime de pensionato e os estudos secundários nos liceus de Santarém (1926-31) e Castelo Branco (1931-35) (MATOS, 2005). Leonor, desde jovem, manifestou a sua preocupação pelos problemas sociais e proteção das famílias mais desfavoráveis, necessitadas e pobres. A sua vocação era ser assistente social e decidiu frequentar o respetivo curso no Instituto de Serviço Social, em Lisboa (1936-39), onde se licenciou. Nos inícios da década de 40 foi bolsista em vários países (França, Bélgica, Espanha, Itália), com a pretensão de aprofundar conhecimentos de serviço social (PIMENTEL, 2003).

A nossa pesquisa é de metodologia histórico-descritiva sobre aquela personagem do 'social', com recurso procedimentos heurísticos e hermenêuticos de recolha e análise de dados, oriundos de centros arquivísticos e/ou documentais, por exemplo: Arquivo do Cardeal Cerejeira no Patriarcado de Lisboa (Seção do Instituto de Serviço Social); Arquivo



do Instituto Nacional de Saúde -Dr. Ricardo Jorge (documentos no Instituto de Serviço Social); Arquivo Salazar na Torre do Tombo (documentos/monografias do Instituto de Serviço Social, entre 1936-45); Arquivos Distritais de Castelo Branco, Santarém Cascais; Biblioteca Municipal de Santarém (período Colégio Nossa Senhora dos Inocentes e no Liceu Sá da Bandeira); Biblioteca Municipal de Castelo Branco e Arquivo do Liceu Nuno Álvares ou Agrupamento de Escolas Nuno Álvares de Castelo Branco; Biblioteca Municipal de Lisboa e António Botto de Abrantes; consulta de fontes primárias e secundárias ('Dicionários de figuras feministas'); centro documentação da Assembleia da República (registos das intervenções Assembleia Nacional, entre 1944-57); acervo monográfico do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa da Universidade Lusíada de Lisboa; obra de José Lopes Dias (1945); a imprensa e legislação sobre a política social e assistencial da época; contactos e consulta documental à família de M^a Leonor (2018-19); anotações dos contactos informais com a Junta de Freguesia dos Escalos de Cima/Castelo Branco (secretário Sr. Manuel Batista); estudos sobre serviço social; etc.

As fontes consultadas permitiram a sua análise hermenêutica de reconstrução da vida e percurso social de M^a Leonor, que abrange 3 momentos políticos: a implementação do Estado Novo salazarista até finais da década de 60, tendo por base a Constituição de 1933; o período marcelista até 1974; e a democracia pós 25 de Abril, em que a situação da assistência social às famílias e o apoio às mulheres trabalhadoras em Portugal mudou radicalmente (CARVALHO, 1987; MONTEIRO, 1995). Este arco histórico serviu-nos como marco temporal, para caracterizar a institucionalização do 'serviço social, no contexto político-ideológico corporativista e assistencialista do regime, com referência à formação/docência de M^a Leonor, à sua intervenção parlamentar e social até à sua aposentadoria. As questões relativas ao serviço social no salazarismo efetuavam-se na Assembleia Nacional, pela ação das organizações estatais, da Igreja (União Noelista Portuguesa, Conferências Vicentinas) e organizações internacionais (União Católica Internacional de Serviço Social), que implicaram o distanciamento do serviço social da legitimidade conferida pelo Estado (MARTINS, 2003).



Estruturámos o texto em 2 pontos: o primeiro analisa o surgimento e institucionalização do serviço social (criação de escolas e significado da profissão) no regime; o segundo remete-nos para ação parlamentar, onde M^a Leonor esteve como deputada da União Nacional (1949-57), discutindo ideias/propostas e exigindo medidas de proteção social, relacionados com a assistência social às famílias, do papel da mulher trabalhadora e política social. Reconstruímos, historiograficamente, o percurso desta assistente social, compreendendo as suas preocupações sociais, as quais se inseriam na resposta corporativista (índole estatista, católico, conservador) do Estado, com uma feição caritativa (cristã), assistencial e de previdência social do regime. O ‘serviço social’, neste período político anterior a 1974, configura-se como um agente ao serviço da propaganda e doutrinação de valores, pela divisa ‘*Deus, Pátria e Família*’. A estratégia do regime era neutralizar as tentativas de agitação social, por parte dos trabalhadores e famílias mais pobres e em exclusão social, em que o ‘serviço social’ se aproximava das várias classes sociais, numa ação conjunta (Estado, Igreja), através de obras sociais, ou seja, num trabalho social junto das famílias (humildes, trabalhadoras, crianças/jovens), nas fábricas e organizações profissionais, em instituições de assistência e de educação (PASSARINHO, 2008). Ora Leonor dedicou as suas ações nesses desideratos políticos e na luta pela profissão de serviço social.

Institucionalização do serviço social no Estado Novo

A finais do século XIX e começos do XX, a influência da Medicina Social (movimento higienista e eugenista, modelo médico-pedagógico) foi enorme no país, destacando-se muitas celebridades nas áreas da medicina, sociologia e pedagogia (SILVA, 2016). Relembramos que o pedagogo A. Faria de Vasconcelos (1880-1939), seu conterrâneo de Castelo Branco e diretor do Instituto de Orientação Profissional (1926-39) definiu, em 1921, as funções da ‘enfermeira visitadora’ e mais tarde, em 1924, Pacheco de Miranda publica um ensaio sobre ‘Serviço Social’, no seguimento das ideias preconizados por Mary Richmond e Richard Cabot (RODRIGUES, 2010; PIMENTEL, 1999). A partir de 1925, há um leque de figuras dedicadas ao ‘serviço social organizado’, que promoveram



campanhas e ações de índole social, programas de assistência técnica, propostos pela Condessa de Rilvas no 1º Congresso da União Nacional, etc. (MARTINS, 1999). A institucionalização do serviço social faz-nos remeter à criação das primeiras escolas, em contextos sociopolíticos da época.

A coesão social converte-se numa questão pública, a que o Estado responde pela institucionalização de formas de intervenção (políticas sociais) que nos levaram, depois à emergência do Estado do Bem-Estar. Tradicionalmente o país viveu da ação das misericórdias, das formas de assistência filantrópica de famílias benfeitoras, da Igreja e da caridade privada, mas que foram insuficientes para colmatar as necessidades existentes (COVA; PINTO, 1997). Contudo, as novas políticas sociais passaram a exigir novas especializações mais adequadas à implementação de dispositivos/medidas, entre as quais a institucionalização do serviço social, de modo a articular-se ‘ação estatal’ e as formas tradicionais de assistência (organizações religiosas, associações filantrópicas), com implicação na formação dos assistentes sociais e nos seus modos de intervir. Expliquemos essa imposição do Estado Novo, após a Ditadura Militar (1926-28) até a 1974, relativamente ao serviço social e que colidiu com o percurso de formação e docência de M^a Leonor, no Instituto de Serviço Social, das suas intervenções parlamentárias e ações de assistência social realizadas. Podemos estabelecer 2 fases dessa institucionalização do serviço social no Estado Novo (MARTINS, 1999, 2003, 2017):

(a) Fase de ‘Construção’, nos anos 30 e 40 até à crise nos anos 60, em que o serviço social se revelou num percurso potenciado e limitado pelas modificações do regime, com o reconhecimento das escolas e uniformização da formação em serviço social na base da doutrina político-ideológica de teor ‘humanista, corporativo e cristão, a ser realizada pela reforma de mentalidades. Surge, neste sentido o projeto de criação dos institutos de serviço social e a sua articulação com a educação (REPÚBLICA PORTUGUESA, 1939), perspetivando uma profissão do ‘social’ na base do modelo médico (higienista) e pedagógico, isto é, como prolongamento auxiliar da ação médica. Ora este enfoque abrangiu a formação dos assistentes sociais (disciplinas na área das ciências médicas, estágios em instituições médico-assistenciais). Assim, aniquilou-se uma conceção do serviço social delimitada pela expectativa do contributo ideológico do



regime para a 'reforma da educação', fruto da estratégia de intervenção sustentado no modelo do movimento católico da época, baseado na ação moral e educativa.

Em 1935, expandiu-se o ensino com a prática do serviço social, tanto no panorama nacional como no internacional, que levou à criação da primeira escola de serviço social, em Portugal: Instituto Superior de Serviço Social. Para tal criou-se a Associação de Serviço Social, mais tarde designada Associação de Cultura e Formação Profissional (alvarás nº 545 de 17/10/1935 e nº 227, de 20/12/1941). No documento '*Orgânica do Instituto de Serviço Social*' daquela Associação indicava-se que ela sustentava o Instituto com a ajuda do Patriarcado, na sua manutenção (MARTINS, 1999). Este estabelecimento de ensino feminino particular teve o impulso da vertente religiosa destinado a formar assistentes sociais, estabelecendo no seu projeto educativo a profissionalização do técnico de serviço social. O suporte jurídico-institucional dado pela Associação ao Instituto pretendia desenvolver a área do serviço social na base da doutrina (social) católica e da caridade cristã. O curso de serviço social que frequentou M^a Leonor (entre 1935-39) e depois como professora até 1944, constava de 3 anos, seguido de estágio de 4 meses (mais tarde os estágios passaram para 12 meses, pelo Decreto-Lei nº 36 914, de 14/06/1948) (SILVA, 2016). Só com Decreto-Lei nº 30.135, de 14/12/1939 se reconhece o curso de formação ministrado às assistentes de serviço social, destacando-se no seu Preâmbulo a vertente político-ideológica desse ensino e o perfil profissional, dizendo que "[...] estabelece os princípios gerais de orientação e coordenação a que não de submeter-se os estabelecimentos de educação para o serviço social", propondo o currículo e programa de formação de assistentes sociais para "[...] dirigentes idóneas e responsáveis no meio a que se destinam, ao mesmo tempo conscientes e ativas cooperadoras da Revolução Nacional" (REPÚBLICA PORTUGUESA, 1939).

Desde 1935 até 1944, altura da remodelação plano de estudos do Instituto de Serviço Social, esta instituição foi dirigida pela assistente social, Marie Thérèse Lévê, que incutiu o modelo de formação francês (SILVA, 2016). M^a Leonor foi convidada a lecionar, a partir do ano letivo 1943-1944 até 1948-49, a disciplina 'Serviço Social' do curso de licenciatura e outras disciplinas do 3.º ano no Curso Normal Educadoras Familiares (PIMENTEL, 2003). No dizer de Cruz e Pinto (2004) M^a Leonor foi professora no(a):



Instituto de Serviço Social e também membro da direção; Escola de Auxiliares Sociais de São Pedro de Alcântara (1942-45 a 1953); Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge (1941-44); Escola de Auxiliares Sociais de S. Vicente de Paulo (1942-45); Escola Técnica de Enfermeiras do Instituto Português de Oncologia (1940-60); Escola de Enfermeiras da Cruz Vermelha Portuguesa (1953-55). Além disso, foi superintendente e chefiou os Serviços Sociais do Instituto de Assistência à Família e da Junta Central das Casas dos Pescadores, em 1957 (CRUZ & PINTO, 2004).

Na verdade, até à década de 50, configurou-se a institucionalização do serviço social numa complexa articulação dos poderes político-ideológico, religioso e social, com propostas socioculturais e formas de controlo pelo Estado. A diversidade de propostas no serviço social merece debates parlamentários, aquando da ratificação do diploma de 1939, a meados do séc. XX, perspetivando-se o serviço social como forma de ‘ação social’, de restauração moral e educativa da família, como resposta assistencial às necessidades das famílias e mulheres trabalhadoras (RODRIGUES, 2014). Apesar das significativas diferenças materializadas pelos intervenientes, a ação desses agentes qualificava-se para o campo da racionalização da assistência caritativa, da legitimação ideológica do regime e da política social (PASSARINHO, 2008). A criação das escolas de serviço social teve a mediação dos poderes sociopolíticos e religiosos, com o reconhecimento das escolas privadas, como o Instituto de Serviço Social.

(b)-‘Fase de ‘Diversificação’ de políticas estatais do regime, no após- II Guerra Mundial, provocou a atribuição de identidade ao serviço social, potenciando esta profissão para âmbito das políticas sociais, de teor corporativo e conservador (RODRIGUES, 2010). Estas alterações efetuadas a finais da década de 50, aquando da presença de M^ª Leonor na Assembleia Nacional, como deputada, suscitaram estratégias de readaptação no plano político, por exemplo: o autoritarismo administrativo, o reforço da organização corporativa onde se integravam as atividades sociais, económicas e culturais, a orientação centralizada. A heterogeneidade de estratégias, efetuados por setores diferenciados dentro do Estado, terá a crescente polarização de orientações incompatíveis, oscilando entre o reforço e/ou ampliação dos mecanismos institucionais e sociopolíticos de regulação e legitimação do regime e, ainda, pela



orientação de um modelo de modernização económica (corporativo), com influências industrializantes europeias. Ora estas medidas, apresentavam a crise e esgotamento do modelo anterior, tornando-se problemática as situações sociais da população, com tensões internas no regime. M^a Leonor manifesta o seu descontentamento por algumas medidas, no período salazarista. Contudo, o regime reforça a organização corporativa, no âmbito da previdência social, de acordo com as necessidades da economia, criando novos organismos/estruturas de controlo e, de modo subsidiário, reorganizou as iniciativas privadas na área da assistência social, na base da intervenção estatal e mobilização dos tradicionais papéis da caridade (Igreja) e da família. As famílias trabalhadoras, vulneráveis e excluídas, recorrentes dos serviços de assistência incrementaram o conservadorismo assistencialista caritativo/repressivo, criando-se centros de inquérito assistencial, onde se distinguem os 'verdadeiros e falsos necessitados', coibindo os abusos e evitando a exploração, mendicidade e a esmola, para além de se terem ampliado os albergues distritais, na dependência da polícia (CARVALHO, 1987; HENRÍQUZ, 2001).

Todas as reformas expressaram um acentuar do conservadorismo corporativista, de cunho assistencialista, nas formas de controlo político-administrativo impostas. Deste modo, criou-se uma formação complementar (pós-graduação) especializada titulada '*Serviço Social Corporativo*' destinado a preparar os assistentes sociais para harmonizar as relações sociais no trabalho, moralização do trabalhador e da sua família. Assim, intensificou-se a ação de orientação e auxílio social no trabalho. Não é por acaso que, no ano letivo de 1966-67, M^a Leonor obtém o diploma de pós-graduação em serviço social, ampliando novos saberes, no âmbito da intervenção social e assistencial (CRUZ & PINTO, 2004).

É óbvio que M^a Leonor se dedicava a colaborar na atividade social dos organismos corporativos, de tal modo que foi vice-presidente nacional da União Noelista Portuguesa (fundado em 1913, dedicado às obras sociais, serviços voluntários nos hospitais), colaborou ativamente na OMEN, dirigiu o primeiro Centro Social do país, em Cascais (1939-48), que tinha o propósito de estimular a ação educativa junto das famílias, do papel da mulher e a relação 'Mulher-Escola' e, ainda a educação das futuras gerações



femininas, para os deveres maternos, domésticos e sociais (CRUZ & PINTO, 2004). Ou seja, a ação social passou a articular-se com a formação espiritual às famílias, na inserção na vida destinando-se ao serviço do bem e dos valores cristãos. O regime valorizava os papéis femininos de ‘mãe, esposa e dona-de-casa’.

Este conservadorismo médico-assistencialista expresso pelo regime, vinculado ao Ministério do Interior (subsecretaria de ‘Saúde e Assistência, integrando as ‘visitadoras sanitárias’ – reforma Ricardo Jorge com postos de proteção à infância, dispensários de higiene social e serviços de epidemias), norteou-se pelo modelo médico (tendência higienista conservadora e catolicismo social integrista) de modo a controlar as condições sanitárias da população, através duma vigilância assistencialista e moralizadora às famílias, que implicou a necessidade de formas ‘auxiliares de serviço social’, como trabalhadoras sociais, com domínio técnico adequado às necessidades familiares (MARTINS, 2010). De facto, se a relevância do modelo médico, proveniente da formação de assistentes sociais (diploma de 1939) e de uma especialização ‘visitadora escolar’ (relação Ministério da Educação) nos institutos de serviço social, todos estes agentes são substituídos pelas ‘visitadoras sanitária’ (previsto no Decreto-Lei nº 20376/1931), que eram os agentes de serviço social com ação de vigilância no domicílio familiar (decisão da Assembleia Nacional em 1940). Desta maneira, a formação dos auxiliares de serviço social colidia com a de ‘visitadoras sanitárias até à regulamentação do ensino de enfermagem, quando se unificou num único curso: ‘auxiliares sociais’ (Decreto-Lei nº 38884, de 28/08/1952). A formação e inserção profissional destes trabalhadores sociais, formatados pela política de saúde e assistência da época, caracterizava-se pela não intervenção do Estado, sendo da responsabilidade privada e enquadrado na Direção-Geral de Assistência até 1974.

Efetivamente, o percurso de M^a Leonor fragua-se na ambivalência e carácter tensional da compatibilização entre posições conservadoras do regime e as novas orientações de serviço social, oriundas das teses de industrialização, que fizeram surgir contradições e tensões no seio do Estado, já que por um lado se queria manter a ordem social tradicional (rural, colonial) e, por outro lado o protecionismo da expansão industrial. É neste contexto que se desloca a intervenção do serviço social da família



(assistentes familiares) para os problemas sociais, que era a função dos ‘assistentes sociais’ (HENRÍQUEZ, 2001) . Ou seja, havia 2 tipos de trabalhadores sociais com formação paralela (e duração do curso), mas diferenciados na natureza da sua função, respetivamente à educação da família e perante os problemas sociais das pessoas, coletivos e família. Contudo, essa reorganização dos assistentes sociais influiu o seu percurso no serviço social, de índole sociológico, incluindo o pensamento social cristão (progressista) e as prioridades e exigências do económico (MARTINS, 1999; SANTOS, 2012).

Mulher parlamentar (1949-57) apelando à melhoria das ações e políticas sociais

As políticas sociais destinavam-se às situações de desigualdade social promovendo dispositivos ou mecanismos (serviços) que visavam a previdência, bem como ações de carácter social e/ou assistencial a necessidades ou carências das famílias, em especial as mais vulneráveis. O alcance dessas medidas na 1.ª República (1910-1926) ficaram aquém das expectativas, já que foram insuficientes e sem efeitos significativos, dado o contexto de grande turbulência política e de enorme fragilização socioeconómica (MOURA; CARVALHO, 1987). O Estado Novo (1928-74), com o seu regime autoritário e unido ao sistema económico e social corporativo, na base da Constituição de 1933, instituiu um novo seguro social obrigatório com ‘*inspiração bismarckiana*’, pois os seguros sociais eram instrumentos de proteção social, apesar do mutualismo de assistência pública ter sido o elemento mais compensatório, devido às fragilidades estruturais da proteção pública (RODRIGUES, 2010). Deu-se na época uma evolução significativa na proteção social, mas esta não foi sempre linear, já que se mantinha uma indefinição de política social global, assim como o baixo nível de direitos sociais. Além disso, existia desproporção entre as necessidades sociais conhecidas, assim como os recursos afetados, uma fraca e assimétrica implantação de equipamentos sociais e uma sobreposição entre vários serviços e setores de política social (RODRIGUES, 2010).

No início do Estado Novo, o Ministro da Educação Nacional, Carneiro Pacheco propôs Lei n.º 1941 (Base XI), de 11/04/1936, criando a Mocidade Portuguesa que foi



uma “organização nacional e pré-militar” para desenvolvimento integral da capacidade física, a formação do carácter e a “devoção à Pátria” dos jovens (PIMENTEL, 2000) e M^a Leonor, juntamente com a Comissária Nacional, M^a Baptista Guardiola, fez parte desse organismo feminino. Posteriormente, criou-se a Obra das Mães pela Educação Nacional -OMEN (Decreto-Lei n.º 26.893, de 15/08/1936), que assegurava que, tanto a escola como a Mocidade Portuguesa, lutassem a favor da moral cristã, bem como a manutenção dos bons costumes no regime (PIMENTEL, 2007). Nem o Ministério do Interior, responsável da assistência materno-infantil, nem a União Nacional pareciam rivalizar demasiado com o Ministério da Educação para submeter à sua tutela ou à direção partidária daquela organização feminina, embora o primeiro ministério tenha tentado impor à OMEN uma função assistencial, enquanto o segundo lhe atribuiu uma função educativa (MELO, 2017). Nesta divergência de preponderâncias, a intenção do regime era concretizar três objetivos (COVA; PINTO, 1997; MARTINS, 2003; PIMENTEL, 1999): a reeducação das mães e a assistência materno-infantil, com centros sociais e educativos, das semanas da mãe e dos prémios às famílias numerosas; a antecipação da escolaridade, pela educação infantil e cantinas escolares; e, em terceiro lugar, o prolongamento da escolaridade, pela organização das raparigas na Mocidade Portuguesa Feminina.

Na verdade, as mulheres envolvidas naquelas organizações pertenciam à pequena elite feminina do regime, surgindo nomes de forma recorrente na direção de outras instituições de assistência na Defesa da Família. Ou seja, a OMEN era uma organização de adesão voluntária, sem caprichos de mobilizar nem enquadrar obrigatoriamente as mulheres portuguesas (BRAGA, 2014). M^a Leonor, mulher ativista pelas causas sociais e assistenciais e pela defesa da mulher na família e no trabalho, tal como outras mulheres, colabora naquelas organizações feministas da época, mas sempre manifestando o seu catolicismo, de forma convicta e, por isso foi, durante vinte anos, delegada portuguesa no Bureau da União Católica Internacional do Serviço Social (fundado em 1925, em Milão) (MATOS, 2005; PIMENTEL, 2003). Desempenhou cargos e funções de destaque, tendo sido uma mulher privilegiada dentro da sua esfera social e educativa, chegando, por exemplo, vice-presidente da União Noelista Portuguesa e responsável do Centro



Social de Cascais. De facto, o contexto social em que ela se inseria permitia-lhe, uma certa liberdade nas suas funções e ideias e, daí ser membro da secção auxiliar feminina da Cruz Vermelha Portuguesa, da qual recebeu a medalha da Cruz Vermelha de Benemerência, pela sua dedicação às famílias necessitadas/vulneráveis, aos pobres e em miséria (material, moral) (PIMENTEL, 2007) Como assistente social chefiou os Serviços Sociais do Instituto de Assistência à Família de 1947-49, considerando sempre que o serviço social, como profissão, se realizava numa base de conhecimento prático e mútuo com as pessoas (lógica de proximidade), nas suas necessidades e problemas de vária índole, de modo a sedimentar a sua confiança e encontrar soluções através da intervenção social (BRAGA, 2014; ROSA, 2000).

Há que referir que a Constituição de 1933 instituiu o órgão de soberania - Assembleia Nacional (sessões de duração 3 meses), constituído por 90 deputados, eleitos em lista única, de quatro em quatro anos, por sufrágio direto. Com a revisão constitucional de 1945, vários aspetos sofreram alteração (BRAGA, 2014). Apesar da Constituição estabelecer o princípio de igualdade, na prática não era a mesma para homens e mulheres, sobretudo as casadas que não podiam trabalhar, nem se ausentar para o estrangeiro. O que importava era a família e a imagem dada é a da mulher em casa. O próprio voto feminino apenas era permitido em circunstâncias restritas, já que as mulheres se encontravam dependentes dos maridos, mesmo até na sua mobilidade, sendo o divórcio proibido (Código de Processo Civil de 1939), assim como outras medidas ditatoriais 'sexistas'. Na 1.ª sessão da Assembleia Nacional, em 1935, houve, pela primeira vez, mulheres deputadas: Domitila de Carvalho (monárquica e admiradora de Sidónio Pais), M^a Cândida Parreira (advogada, escritora) e M^a Batista dos Santos Guardiola (professora e reitora do Liceu M^a Amália Vaz Carvalho) (PIMENTEL, 1999). Na 2.ª legislatura (1938-42) mantiveram-se Domitila de Carvalho e M^a Guardiola e entrou M^a Luísa Saldanha da Gama Van Zeller (médica e comissária adjunta da Mocidade Portuguesa Feminina e membro da comissão OMEN). Na legislatura seguinte, de 1949-53, entraram três novos nomes: M^a Teresa Pereira da Cunha, M^a José Novais e M^a Leonor Botelho, esta foi indicada por Marcelo Caetano (presidente da Comissão executiva da União Nacional e seu antigo professor), para as listas de deputados



(BRAGA, 2014). Convém assinalar que todas estas mulheres eram escolhidas num circuito restrito. De facto, apesar do alto reconhecimento académico/científico do regime, as vidas das mulheres ficavam como interrompidas, sem qualquer tipo de valorização profissional (MELO, 2017). Ou seja, eram banidas da esfera social, com impedimentos de progressão e barreiras vitalícias para uma carreira de funcionária pública. A deputada M^a Leonor Botelho esteve 8 anos na Assembleia Nacional, no período de 1945 a 1957 (PIMENTEL, 2003). Das cinco deputadas mulheres, em funções no Parlamento, nesse período, apenas duas, Virgínia Gersão e M^a Leonor Botelho, são referenciadas no ‘Dicionário Feminino’ (CASTRO; ESTEVES, 2005). As intervenções de M^a Leonor centraram-se nas duas legislaturas sobre questões sociais (BRAGA, 2014).

Na **V Legislatura** (1949-53), 1.ª Sessão Legislativa (1949-50) não se regista intervenções da nossa deputada porque esteve internada no Caramulo com tuberculose (foi visitada por Salazar), durante pelo menos 2 anos (CASTRO; ESTEVES, 2005). Na 2.ª Sessão Legislativa (1950-51), discute “[...] Como mulher que tem uma palavra a dizer”, a proposta de Lei de revisão Constitucional, lamentando não ver o “*nome de Deus*” nos textos em apreço (CRUZ & PINTO, 2004, p. 66). Orientou a sua ação na defesa da família e da mulher, apesar de considerar trabalho feminino prejudicial à família, mas admite que “[...] *uma vez assente que a mulher tem direito ao trabalho, há que protegê-la*”, instando o governo a tomar medidas que impedissem o trabalho noturno das mulheres, melhorias de higiene no trabalho e condições compatíveis com a sua dignidade (CRUZ & PINTO, 2004, p. 66). Na 3.ª Sessão Legislativa (1951-52), M^a Leonor, como mulher e assistente social lembra ao Estado que há uma efetiva ausência de políticas para a família: “[...] *Que objeções de toda a ordem para uma declaração judicial de indignidade paterna! Que dificuldades para obter a inibição do poder paternal*” (CRUZ & PINTO, 2004, p. 67). Enfatiza o desenvolvimento do serviço social a fim de sujeitarem ao regime jurídico as infrações contra a vida da família. A deputada assistente social discute o projeto de lei relativo ao abono de família, com o objetivo de reduzir a gravidade e frequência do abandono da família (BRAGA, 2014). Na 4.ª Sessão Legislativa (1952-53), M^a Leonor discute na generalidade a proposta da Lei Orgânica do Ultramar salientando as vantagens que se podiam retirar se houvesse um serviço social, propondo a criação



de um centro de formação social e uma estrutura completa e sistemática de assistência social para o Ultramar (CRUZ & PINTO, 2004). Ela participa num debate com o deputado Amaral Neto, acerca das habitações económicas para as famílias, a que este alega ser um custo extraordinariamente caro para o Estado. Contudo, M^a Leonor lembra nas suas intervenções que as famílias numerosas são as mais prejudicadas e luta por uma política familiar, por um associativismo familiar e pela criação do abono de renda de casa (PIMENTEL, 2003).

Na **VI Legislatura** (período de 1953-57, presidida por Albino Soares Pinto dos Reis Júnior) encontramos M^a Leonor com uma maior atividade parlamentar, caracterizada pela lucidez e coragem com que ousou chamar a atenção para situações sociais que achava serem demasiado injustas e que necessitavam ser alteradas (BRAGA, 2014). Aborda questões ligadas ao serviço social, à mãe, à infância, à família e ao trabalho feminino, mas sobretudo situações causantes de mal-estar familiar (CASTRO; ESTEVES, 2005). Neste período integra a Comissão do Trabalho, Previdência e Assistência Social (CRUZ & PINTO, 2004). Na 1.^a Sessão Legislativa (1953-54), M^a Leonor faz várias considerações sobre desemprego e da proteção e assistência aos menores, por exemplo no cinema e espetáculos públicos. Critica o cariz repressivo da lei em vigor, propondo que se dê um maior sentido educativo; dobragem dos filmes; um estímulo e financiamento à produção e exibição de cinema infantojuvenil; criação de cineclubes e casas de espetáculo; classificação do valor educativo e moral dos filmes infantis (CRUZ & PINTO, 2004). Na 2.^a Sessão Legislativa (1954-55) discute-se sobre a proteção à família, em especial pelo deputado A. Almeida Garrett, e M^a Leonor não poupa críticas às soluções que o Estado com *“[...] a concessão de sopas e subsídio para épocas de crise... aproveitamento profissional dos diminuídos e deficientes físicos”* (CRUZ & PINTO, 2004, p. 68), já que não evitava os problemas constantes como o desemprego e assistência medicamentosa, baixos salários, a ausência de abono de família a rurais e da habitação. Lembra, ainda, a deputada o *‘porcionismo’*, sistema que conduz ao efeito perverso de o serviço social familiar, em que o Estado em vez cumprir com a sua missão de assistência às famílias, passou *“[...] assistir aos orçamentos dos hospitais, das instituições, das câmaras municipais... E eu como assistente social e responsabilidades*



neste sector, leal e fracamente não posso calar o meu desagrado por este estado de coisas” (CRUZ & PINTO, 2004, 68). Voltou a insurgiu-se contra os efeitos do cinema e dos espetáculos nos menores, afirmando (REPÚBLICA PORTUGUESA, 1954, p. 815): “[...] *benevolência na atribuição da categoria de «filmes sem classificação especial» àqueles em que a boa ou aceitável tese é comprometida pela insistência ou duração de imagens condenáveis*” e, por isso está “[...] *A favor destas crianças e neste campo especial de cinema e espetáculo sobre a publicação do Governo, com o Decreto-Lei n.º 38 964, que tanto interesse mereceu à Assembleia Nacional*”. Com a regulamentação à assistência de menores a espetáculos públicos, ela pretendeu resolver o problema de todos os espetáculos para menores, considerando que a “[...] a sua faceta repressiva pretende ser um elemento construtivo para a solução do problema: menores e espetáculos públicos, que constitui parte importantíssima do problema mais vasto que é o problema social das diversões de menores”. Propôs a deputada que fossem dadas às comissões de censura dos espetáculos e à Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores as condições documentais de análise e desempenho cabal da sua missão, em prol dos menores (BRAGA, 2014).

Na 3.ª Sessão Legislativa (1955-56), desta VI Legislatura, a intervenção de M^a Leonor cinge-se à discussão da lei de autorização das receitas e despesas para o ano de 1956 (SANTOS, 2012). Intervém sobre a crescente morbilidade derivada pela tuberculose, exigindo um “plano de ação de emergência” com profilaxia social, equipamento portátil, educação, condições para reintegração de doentes e o seguro social do tuberculoso (CRUZ & PINTO, 2004). Aborda , ainda: o estado da demografia e a decrescente natalidade em Portugal, apelando ao contributo da OMEN; a proposta de lei relativa ao Plano de Formação Social e Corporativa; congratula-se com o enquadramento dado pelo diploma ao serviço social, através da inserção desta profissão no trabalho laboral e do serviço social nas zonas rurais, bem como com a sua ação nas Casas do Povo (CRUZ & PINTO, 2004). Haverá que destacar esta defesa intransigente do papel e da ação do serviço social (REPÚBLICA PORTUGUESA, 1956, p. 1237), por exemplo no debate com o deputado Carlos Moreira que utilizava o termo de “[...] *«trabalhador social» em vez de «agente social» não só porque aquela foi aceite internacionalmente,*



mas também porque a expressão «agente» poderia tornar-se num sentido pouco próprio à função das assistentes e auxiliares sociais (...)”. Na 4.ª Sessão Legislativa (1956-57), não registamos nenhuma intervenção de M^a Leonor no parlamento, sabendo da reação que causava as suas apelações às questões sociais (CRUZ & PINTO, 2004). Ou seja, tornou-se numa voz incómoda, por vezes referida nas emissões de propaganda da Rádio Moscovo 3, que originou a sua não indicação para as listas da Assembleia na seguinte legislatura (CASTRO; ESTEVES, 2005). Foi sempre uma defensora das suas convicções sociais, um bom exemplo desse descontentamento e incomodidade para o regime foi um episódio na Assembleia Nacional onde apresentou as contas da semana de um trabalhador com família e, depois de um caloroso debate com um deputado, pretendeu dar-lhe 25 tostões e questionou-o se conseguia viver com esse valor de um operário (CRUZ & PINTO, 2005).

Algumas ideias a reter

Sabemos que as medidas das políticas sociais se destinam às situações de desigualdade social promovendo-se dispositivos ou mecanismos (serviços) que visem a previdência (proteção), bem como ações de carácter social e/ou assistencial a necessidades ou carências das pessoas. A evolução dessas políticas no país caracterizaram-se por momentos históricos e políticos de relevância, alterados em 1974. O papel do Estado Novo desenvolveu-se gradualmente, na base do controlo de atividades e sobre a ação das organizações privadas, convertendo-se num elemento ativo para colmatar situações adversas ao bem-estar dos seus cidadãos com estruturas sociais de âmbito político-institucional, dando um passo importante no rumo e no crescimento de várias instituições de previdência e de carácter corporativo.

M^a Leonor foi uma assistente social bastante ativa, nesse período salazarista e marcelista, imbuída com uma conceção afeta ao catolicismo social e adequada à doutrinação corporativista, mas contribuindo para a significação da profissão do ‘serviço social’, expressando como deputada os temas sociais, apelando por melhores políticas às famílias vulneráveis e trabalhadoras, defendendo a mulher trabalhadora, a proteção



social nos menores, melhores condições de seguro laboral, etc. Pertenceu a vários organismos da época (OMEN, Noelistas, Conferências de São Vicente de Paul, Instituto da Família e Ação Social até 13/12/1958, data em que pediu licença ilimitada, tendo regressado depois a 15/07/1978), etc. (CRUZ & PINTO, 2004), partilhando atividades com outras mulheres do regime. A partir de 1958, colabora regularmente com Centro Rural de Escalos de Cima, sob a direção da sua mãe, inaugurada pela OMEN, quando exercia funções de assistente social e depois diretora, em 1962, no Banco Nacional Ultramarino até 1974 (despedimento litigioso - acórdão com Banco -Proc.n.º5/78 do Tribunal do Trabalho de Lisboa).

Por outro lado, Salazar lançou, na década de 40, o slogan *'A Mulher para o lar'*, mas paradoxalmente as mulheres trabalhavam na reparação/construção de estradas, nos cais como carrejonas, nas fábricas, etc., ganhando 2/3 do salário do homem e sendo exploradas. M^a Leonor para conhecer melhor essa realidade social fez-se operária de uma fábrica de conservas de peixe em Setúbal – nome fictício de *'Luísa Beja'*, com o objetivo de se inteirar da realidade feminina, como operária e mãe, nos seus respetivos problemas de toda a espécie (MATOS, 2005). Para além de ir trabalhar com outra identidade também se vestia e se arranjava de forma totalmente diferente (fazia tranças no seu cabelo), de tal modo que os pais chegaram a cruzar-se com ela na rua e nem sequer a reconheciam. De facto, houve intentos do regime até 1974, no que concerne o reenvio da mulher para o lar foram relativamente bem sucedidos até à década de 60, o que implicou um incremento de ingresso feminino na esfera laboral, ainda que a percentagem de mulheres casadas tenha permanecido relativamente baixa, indiciando efeitos concretos da propaganda do regime salazarista. Embora, esse ingresso feminino tenha existido não permitiu o questionamento ao Estado, como as intervenções na Assembleia de M^a Leonor sobre o paradigma instituído ao nível familiar, social relativamente ao estatuto da mulher. Perante o cenário social da mulher à época, M^a Leonor Botelho defendeu o papel da mulher trabalhadora e na família, defendendo os direitos da mulher, a sua dignidade e condição na sociedade, como mãe e trabalhadora.

M^a Leonor após o 25 de Abril de 1974 dedica-se à APPACDM -Associação de Pais e Amigos das Crianças Diminuídas Mentais de Lisboa (antiga Associação de Pais e Amigos



das Crianças Mongoloides) muito devido a que um dos seus sobrinhos, o Zé Rui, de Viana do Castelo, tinha Síndrome de Down e talvez, por isso, se interessasse pela educação especial e poder trabalhar para aquela instituição no setor social com as famílias (MATOS, 2005). Iniciou a suas funções de serviço social no 2º Centro da APPACDM de Lisboa, em novembro/1976. Trabalhava com as crianças deficientes, tratava de assuntos sociofamiliares e esclarecia as famílias. No final do seu segundo ano em funções, M^a Leonor comunica à direção da APPACDM alguns aspetos, de natureza arquitetónica, funcional e pedagógica, que contribuíam para um mau funcionamento daquela instituição (condições precárias e falta de pessoal) que mereciam uma resolução urgente, alegando um leque de críticas que motivou a sua demissão por razões de natureza particular e profissional, em agosto/1978 (PIMENTEL, 2003).

Relembrar que até à década de 70 o serviço social cingiu-se por uma prática conservadora centralizada no caso, no grupo e comunidade, transformando-se depois numa visão mais integradora, onde todos os níveis de intervenção eram analisados, bem como a influência no processo da dimensão política e organizacional. Esta reconceptualização dos modelos do serviço social, rompe com modelos clássicos da área surgindo uma nova visão alternativa, que assenta no ideal de justiça social. O cumprimento desse objetivo, o novo enfoque converge na prática de *empowerment*, com o pretexto de capacitar o indivíduo e a sua autodeterminação. Em contraposição com a visão de Malcolm Payne, Dominelli define a existência de três outras vertentes no Serviço Social: a emancipatória, a adaptativa e, ainda a terapêutica de ajuda. Se a primeira se concretizava pela justiça social, por meio da mudança social e individual, pelo contrário a segunda pretende que o indivíduo se ajuste e seja capaz de desenvolver a sua vida de acordo com as normas e, finalmente, a terceira centra-se na procura do entendimento do indivíduo.

Por conseguinte, M^a Leonor contribuiu para difusão do serviço social, em Portugal, dentro do significado atribuído pelo salazarismo a essa profissão, no processo de institucionalização, a partir de 1930 a 1950, à modernização e profissionalismo dos assistentes sociais, mas nunca deixando de o fazer no âmbito de um catolicismo progressista, por vezes opostas às ações políticas do regime da época. Ou seja, ela



sempre considerou o serviço social como uma profissão necessária à implementação da política social, que contribui para as mudanças sociais e resolução dos problemas reais das famílias e do povo em geral. Uma demonstração dessa dedicação à assistência e ao social é o facto que após se reformar continuou a trabalhar, tomando a seu cargo a sua mãe (idêntico a cuidadora informal na atualidade), em Lisboa.

Bibliografia

- BARRETO, Álvaro. (org.). **A Situação Social em Portugal, 1960-1995**. Lisboa: ICS, 1996
- BRAGA, P. D. A educação em debate na Assembleia Nacional portuguesa: o contributo das mulheres deputadas (1945-1957). **Caderno Espaço Feminino** (MG-Br), v. 27, n. 1, p. 1-23, jan./jun. 2014. <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/issue/view/1174>
- CARVALHO, A.; M. H. **Serviço Social no Estado Novo**. Coimbra: Centelha, 1987
- CASTRO, Zília Osório de & ESTEVES, J. (Dir.). **Dicionário no feminino**: séculos XIX-XX. Lisboa: Livros Horizonte, 2005
- COVA, A.; PINTO, A.C. O salazarismo e as mulheres – uma abordagem comparativa. **Penélope** (Univ. Nova de Lisboa), nº 17, p. 71-97, 1997
- CRUZ, M. Braga da & PINTO, A. C. (Dir.). **Dicionário biográfico parlamentar 1935-1974**, Vol. 1 (A-L). Lisboa: Assembleia da República/I,C.S. da ULisboa, 2004.
- CRUZ, M. Braga da & PINTO, A. C. **Dicionário Biográfico Parlamentar 1935 1974**. Vol. IV (M-Z). Lisboa: Assembleia da República/ICS ULisboa, 2005
- DIAS, José Lopes. **12 lições sobre o Serviço Social**. Castelo Branco: Edição autor, 1945
- Gorjão, Vanda. **Mulheres em Tempos Sombrios -Oposição feminina ao Estado Novo**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, ICS da Universidade de Lisboa, 2002.
- HENRÍQUEZ, B. A. O estado de mal-estar social salazarista e a política social do Estado Novo. **Intervenção Social**, nº 23-24, p. 33-51, 2001
- INSTITUTO SUPERIOR DE SERVIÇO SOCIAL DE LISBOA. **Assistente Social M^a Leonor Botelho e aluna (1943-1944)** [Documento icónico no Arquivo do Instituto Superior de Serviço Social, na Universidade Lusíada de Lisboa]. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa, 1944
- MARTINS, Alcina. **Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999



MARTINS, Alcina. **Investigação em Serviço Social : perspectivas atuais. Serviço Social : unidade na diversidade encontro com a identidade profissional.** Lisboa: APSS, 2003.

MARTINS, Alcina. Serviço Social em Portugal no fascismo: oposição, resistência e ação sindical. **Revista Em Pauta** (F.S.S. da Univ. do Estado do Rio de Janeiro, Brasil), n. 40, v. 15, p. 40-56, 2017

MATOS, J. R. **Apontamentos para a história de Escalos de Cima.** Castelo Branco: Alma Azul, 2005

MELO, H. P. **Os Direitos das Mulheres no Estado Novo – A Segunda Guerra Mundial.** Coimbra: Livraria Almedina, 2017

MÓNICA, M^a Filomena. **Educação e sociedade no Portugal de Salazar.** Lisboa: Editorial Presença / Gabinete de Investigações Sociais, 1978.

MONTEIRO, A. A formação académica dos assistentes sociais uma retrospectiva crítica de institucionalização do Serviço Social em Portugal. **Intervenção Social**, 11-12, p. 43-76, 1995

MOURO, H.; CARVALHO, A. **Serviço Social e Estado Novo.** Coimbra: Centelha, 1987.

PASSARINHO, I. Assistente Social – percursos e construção identitária. **Sísifo. Revista de Ciências da Educação** (Lisboa), nº 6, p. 21-34, 2008.

PIMENTEL, I. F. A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40. **Análise Social**, vol. XXXIV (151-152), (2.º-3.º), p. 477-508, 1999.

PIMENTEL, I. F. **História das Organizações Femininas do Estado Novo.** Lisboa: Temas e Debates, 2000

PIMENTEL, I. F. **Botelho, Maria Leonor Correia Sampaio.** In: A. NÓVOA (Dir.), **Dicionário de Educadores Portugueses.** Lisboa: Edições ASA, 2003, p. 185-186

PIMENTEL, I. F. Influências internas e externas na Obra das Mães e na Mocidade Portuguesa Feminina. **Campus Social**, 3/4, p. 19-43, 2007.

REPÚBLICA PORTUGUESA. **Decreto-Lei nº 30 135/1939.** Diário do Governo, I série. 291, de 14/12/1939. Lisboa: Imprensa Nacional, 1939, p. 1403- 1405.

REPÚBLICA PORTUGUESA. **VI Legislatura - Diário das Sessões:** Sessão n.º 50, de 23 março. Lisboa: Secretaria da Assembleia Nacional, 1954, p. 815

REPÚBLICA PORTUGUESA. **VI Legislatura - Diário das Sessões:** Sessão n.º 161, de 3 de julho. Lisboa: Secretaria da Assembleia Nacional, 1956, p. 1237

RODRIGUES, E. V. O Estado e as Políticas Sociais em Portugal. **Revista do Departamento de Sociologia da FLUP**, XX, p. 191-230, 2010.



RODRIGUES, C. **Os deputados assistentes sociais na Assembleia Nacional e na Assembleia da República**: principais intervenções parlamentares entre 1949 a 2011. Tese de Dissertação de Mestrado em Serviço Social no Instituto Superior Miguel Torga. Coimbra: ISMT, 2014

ROSA, M^a T. et al. **O trabalho social e a profissão de Assistente Social em Portugal**. Lisboa: CIES/ISCTE, 2000

SAMPAIO, M^a Leonor Botelho. O serviço social: salvaguarda dos valores familiares'. **Cadernos de Serviço Social** (Boletim trimestral das trabalhadoras sociais portuguesas). Ano 2, n^o 5, p. 24-32, jan./fev./março, 1958

SAMPAIO, M^a Leonor Botelho. Serviço social comunitário nos meios piscatórios. In: **Atas Colóquio Nacional do Trabalho, da Organização Corporativa e da Previdência Social**. Comunicação (Vol. 5). Lisboa: Publicação da JAS-Junta Central das Casas dos Pescadores, 1961, P. 405-416.

SAMPAIO, M^a Leonor Botelho; FONSECA, Armando Carvalho da. Assistência à família. Princípios e realizações. **Boletim da Assistência Social**, n^o 107 a 110, p. 103-133, 1952.

SAMPAIO, M^a Leonor B.; FONTES, Vítor Hugo Moreira; SACRAMENTO, Mário Emílio de Moraes. **A criança e o livro: aspetos psicológicos, pedagógicos e literários**. Lisboa: Livros Horizonte, 1971.

SANTOS, P. A. F. B. **A política religiosa do Estado Novo (1933-1974)**: Estado, leis, governação e interesses religiosos. Tese de Doutoramento em História Contemporânea na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: UNL, 2012.

SILVA, T. P. G. R. S. **A primeira Escola de Serviço Social em Portugal**: O projeto educativo fundador e a configuração do campo de conhecimento (1935-1955). Tese de Doutoramento em Serviço Social Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Lusíada de Lisboa. Lisboa: ULL, 2016 <http://hdl.handle.net/11067/269>

TORGAL, Luís Reis. **Novos, Estado Novo**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009

Recebido em: 18/09/2023

Aceito em: 22/12/2023